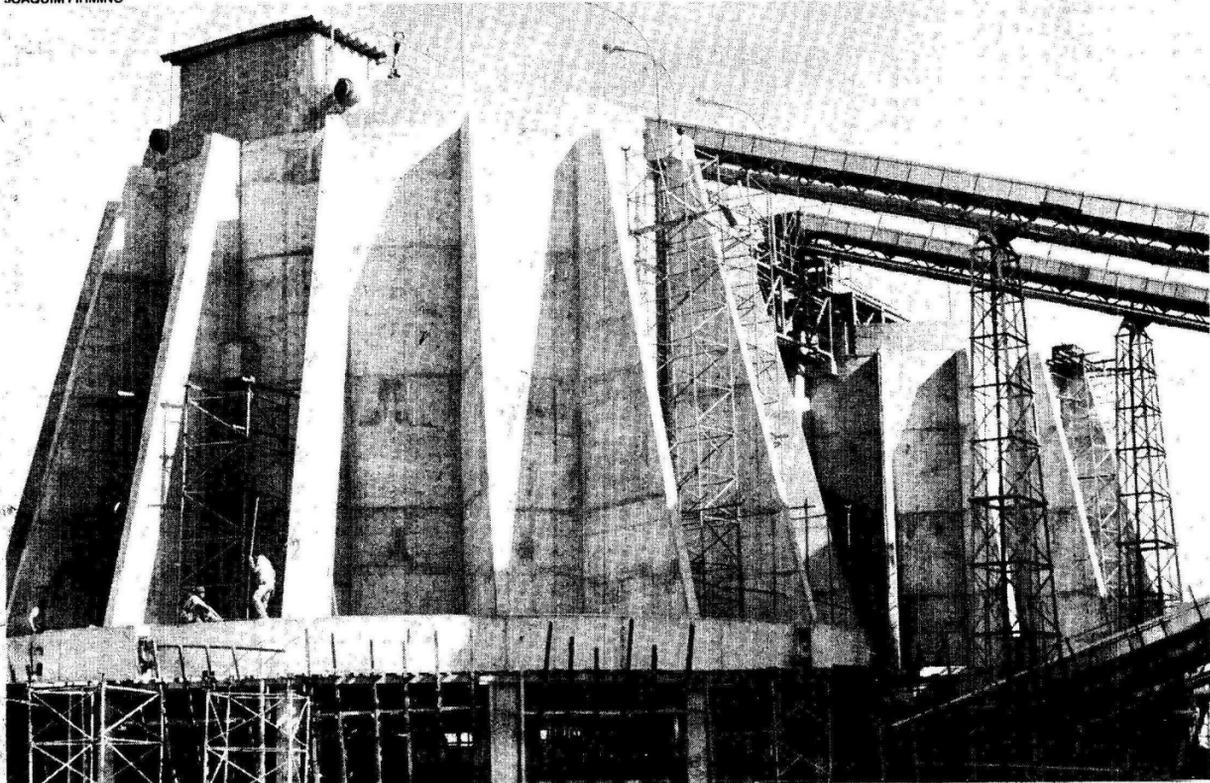


# Usina só consegue funcionar com lixo francês

Esta é a avaliação do superintendente do SLU para justificar a paralisação do projeto

JOAQUIM FIRMINO



A usina de lixo na Ceilândia ainda não funcionou como deveria, mas consumiu 10 milhões de dólares

Os franceses, por terem hábitos de consumo distintos dos brasileiros, produzem um tipo de lixo também diferente do nosso. Esta é uma das razões que provocaram a interrupção do funcionamento da usina de lixo do GDF, na Ceilândia, desde outubro do ano passado, segundo o superintendente do Serviço de Limpeza Pública (SLU), Gesner Thomé. Inaugurada em fevereiro de 86 pelo presidente Sarney, a usina foi prejudicada por uma falha no edital de concorrência para a sua construção.

No edital da Caesb, responsável pela licitação e acompanhamento da construção, em 1983, o empreendimento é concebido dentro de um modelo francês de funcionamento sem a adequação necessária à realidade nacional. Outro problema, porém, na estrutura dos dois silos colaborou, para a paralisação da usina. Eles não tinham capacidade para suportar o peso do lixo, sendo submetidos a reforma que termina ainda este mês. Esta reforma, segundo Gesner Thomé, foi toda assumida pela empresa Carioca Engenharia que construiu a usina.

Um contrato entre a empresa Carioca e o GDF está sendo negociado para o funcionamento da usina durante um ano, quando deveriam ser feitas as adequações necessárias ao lixo brasileiro. Este período de operação será acompanhado por firma de consultoria, com a participação também da Procuradoria-Geral do Distrito Federal. De acordo com estimativas do SLU, a reestruturação da usina terá um custo 2,5 vezes superior à capacidade de pagamento do GDF.

Enquanto a coleta diária de lixo é de 800 toneladas a única usina em funcionamento processa apenas 200 toneladas. É a usina central, instalada na sede na avenida das Nações e já necessitando também de reforma, pois opera há 25 anos. O restante do lixo é jogado em aterros sanitários ou conduzido à usina de incineração, no caso do lixo hospitalar. Um dos maiores aterros fica próximo a Taguatinga, na via Estrutural. A usina da Ceilândia, com capacidade para processar 600 toneladas, atualmente restringe-se ao trabalho de manutenção e reforma.

## Obra custou US\$10 milhões

A construção da usina de lixo instalada na Ceilândia, com capacidade de processar 600 toneladas por dia, custou 10 milhões de dólares. Sua maior vantagem, quando funciona, é a produção de composto orgânico vendido a agricultores evitando-se o uso excessivo de adubo químico nocivo à saúde. O lixo coletado pode ser lançado em reservatório com capacidade para até quatro dias de operação. Depois da "recepção" no reservatório, é realizado o trabalho de triagem dos materiais, que é manual ou mecânica, para a posterior compostagem nos higienizadores ou silos.

Tanto o plástico, vidro, papelão e papel quanto o próprio composto orgânico são vendidos a empresas ou agricultores. Na fase final de pré-operação da usina, de agosto a outubro, o plástico foi vendido a Cz\$ 4,00 o quilo, com a coleta diária de 3 toneladas do material. Já o composto orgânico, segundo Gesner Thomé, é altamente subsidiado com um valor correspondente a 10 por cento de seu preço de mercado. A usina tem uma área total de 200 mil metros quadrados, sendo 9 mil de área construída.

Em funcionamento, a usina da Ceilândia poderia empregar no mínimo 200 trabalhadores. Atualmente, mantém apenas o trabalho de manutenção. Somente a usina de incineração de lixo especial opera normalmente. Apenas duas das seis casas construídas para serem residências do corpo administrativo estão ocupadas. Até hoje a Caesb, que ficou responsável pela licitação e acompanhamento das obras, não transferiu ao GDF sua administração.

## Motta nega envolvimento

"Posso até sugerir que vocês façam uma consulta aos garis, nas ruas, perguntando a eles o que acharam da minha administração". Confiante e tranquilo, o ex-superintendente do SLU, no período de junho de 1985 a fevereiro de 1986, Elias de Oliveira Motta, negou ontem o envolvimento de seu nome nos escândalos de irregularidades administrativas no órgão. Motta garantiu, em carta encaminhada ao CORREIO BRAZILIENSE, que imprimiu uma "administração participativa" no SLU e, justamente por isso, teve todos os seus atos cuidadosamente avaliados nos nove meses de trabalho.

"Pouco depois de ter assumido o cargo, constatei que, em gestões anteriores, alguns servidores haviam utilizado os serviços da oficina do SLU em benefício próprio, o que me levou a denunciar o fato numa reunião por mim convocada, e sugerir ao colegiado do SLU a decisão de proibir terminantemente tais abusos, o que foi aprovado — relata em sua carta, rebatendo as acusações à sua administração.

Motta cita, inclusive, que na mesma reunião a maioria dos servidores presentes pediu que fosse aceito, em casos excepcio-

nais, o uso dos serviços dos mecânicos, "desde que fosse fora do horário de trabalho do órgão e na parte externa da oficina, ou em suas casas". Ele próprio, enquanto superintendente, utilizou os serviços de um mecânico da SLU para limpar o carburador de seu automóvel, mas fora do expediente normal.

Finalmente, Elias de Oliveira Motta esclarece que as acusações de irregularidades em relação à prestação de serviços em uma chácara e em uma mansão aconteceram em gestão anterior a sua, acrescentando que, para investigá-las, nomeou uma comissão de sindicância cujas conclusões devem ter sido úteis às novas investigações realizadas por ordem do governador José Aparecido.

Motta atribuiu o envolvimento de seu nome no escândalo do SLU ao fato de ele estar sendo cogitado para ocupar uma das secretarias do GDF após a atual reforma, indicado por seu partido, o PMDB. "Como prejudiquei vários interesses de grupos econômicos quando superintendente do SLU, entendo que invejosos e interessados no assunto, numa hora como esta, procurem confundir a opinião pública", afirma na carta.

## O vaivém do cimento

No festival de irregularidades que teria sido praticado no Serviço de Limpeza Urbana (SLU), aparece mais uma relacionada com a compra de materiais de construção em 1985. Mesmo que a princípio tais compras não configurem nada ilegal, é no mínimo estranha a quantidade do material comprado, se for comparado com os pedidos feitos durante todo o ano de 1986.

O cimento foi o recordista. No primeiro semestre de 1985 a administração do SLU comprou 1 mil 525 sacos. No segundo semestre, 1 mil 221, perfazendo um total de 2 mil 746 sacos de cimento para todo ano de 1985. O que espanta é que em igual período, em 1986, o SLU só precisou de 510 sacos. As tábuas de pinho do Paraná têm também uma discrepância relevante.

Enquanto em 1985 foram adquiridas 5 mil 120 metros, em 1986 o SLU comprou somente 50 metros. Em 1985 precisou de 700 telhas. Em 86, 120. Estranha também é a quantidade de condutores elétricos de diversos calibres adquiridos em 1985: 10 mil metros.

Pode-se argumentar que a superintendência do SLU, em 1986, fez compras em pequena quantidade, porque, em 1985, a administração da época já tinha feito um razoável estoque desses materiais. Ocorre, entretanto, segundo o atual superintendente, Gesner Thomé, que nada foi encontrado em estoque quando assumiu o Serviço de Limpeza e nem mesmo documentos comprovando ou indicando onde todo esse material foi utilizado.